

1	INTRODUÇÃO	19
2	DA ATIVIDADE ECONÔMICA	23
2.1	Da Ordem Constitucional Econômica Brasileira	26
2.1.1	Fundamentos da Ordem Econômica	28
2.1.2	Alguns Princípios da Ordem Econômica.....	33
2.1.2.1	Princípio da livre-concorrência.....	33
2.1.2.2	Princípio da função social da propriedade	40
2.1.2.3	Princípio da defesa do consumidor	42
2.1.2.4	Princípio da busca do pleno emprego	44
2.1.2.5	Princípio do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País ...	47
2.1.3	Princípio da Razoabilidade	50
2.1.4	Outros princípios fundamentais do Direito Concorrencial.....	52
2.2	O Abuso do Poder Econômico.....	58
2.3	Da Intervenção do Estado no Domínio Econômico	61
2.4	O Direito Concorrencial no Brasil.....	73
2.4.1	O SBDC e o CADE na era da Lei 8.884/94	71
3	PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA APERFEIÇOAMENTO DO CADE DE ACORDO COM O PROJETO DE LEI 5.877/05 E PLC 6/09 (PROJETOS QUE DERAM ORIGEM À LEI 12.529/2011)	93

4	A SISTEMÁTICA DO CONTROLE DAS CONCENTRAÇÕES PELA LEI 8.884/94	131
5	DOS CRITÉRIOS PARA NOTIFICAÇÃO DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO: AS MUDANÇAS DA NOVA LEI SÃO POSITIVAS?.....	163
5.1	Propostas de alteração no controle dos atos de concentração pelo PLC nº 6/09, transformado na lei federal 12.529/2011....	163
5.2	Defesa pelo retorno aos critérios de notificação estabelecidos na lei nº 8.884/94 com sutis alterações.....	171
5.3	A possível responsabilização do CADE na análise dos atos de concentração	210
5.4	A possível responsabilização das empresas e dos empresários pela atuação no processo de análise dos atos de concentração ...	215
6	CONCLUSÃO.....	217